



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO/IFAL

RESOLUÇÃO Nº 307 / 2024 - CEPE/IFAL (11.21)

Nº do Protocolo: 23041.046813/2024-41

Maceió-AL, 16 de dezembro de 2024.

Aprova a criação, o funcionamento e o Plano Pedagógico o Curso de Qualificação Profissional de Editor de Vídeo, Programa Mulheres Mil, do Instituto Federal de Alagoas.

A PRESIDENTA SUBSTITUTA DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO do Instituto Federal de Alagoas - Ifal, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Portaria nº 2.670, de 20 de setembro de 2021, em conformidade com o inciso XVI, artigo 13, da Resolução nº 22/CS, de 1º de julho de 2014 e o que consta no Processo administrativo nº 23041.027553/2024-12, faz saber que este Conselho reunido ordinariamente no dia 6 de dezembro de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado a criação, o funcionamento e o Plano Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional de Editor de Vídeo, na modalidade presencial, Programa Mulheres Mil, do Instituto Federal de Alagoas, de acordo com o ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Parágrafo único: Estão convalidados os atos praticados a partir do dia 23 de setembro de 2024.

(Assinado digitalmente em 16/12/2024 14:57)
MARIA CLEDILMA FERREIRA DA SILVA COSTA
PRÓ-REITOR - TITULAR
REIT-PROEN (11.01.02)
Matrícula: 1813640

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifal.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **307**, ano: **2024**, tipo: **RESOLUÇÃO**, data de emissão: **16/12/2024** e o código de verificação: **1b0c217d50**

ANEXO ÚNICO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX
PROGRAMA MULHERES MIL
CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS**

**PLANO PEDAGÓGICO DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE
EDITOR DE VÍDEO**

**PALMEIRA DOS ÍNDIOS-AL
2024**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX
PROGRAMA MULHERES MIL
CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS**

**PLANO PEDAGÓGICO DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE
EDITOR DE VÍDEO**

MODALIDADE PRESENCIAL

EIXO TECNOLÓGICO: PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN

PALMEIRA DOS ÍNDIOS-AL

2024

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX
PROGRAMA MULHERES MIL
CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS**

ADMINISTRAÇÃO GERAL REITOR
Carlos Guedes de Lacerda

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD)
Heverton Lima de Andrade

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO (PROEX)
Gilberto da Cruz Gouveia Neto

PRÓ-REITORA DE ENSINO (PROEN)
Maria Cledilma Ferreira da Silva Costa

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO (PRPPI)
Eunice Palmeira da Silva

PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PRDI)
Carolina Mendonça de Moraes Duarte

**EQUIPE SISTÊMICA DO PROGRAMA MULHERES MIL/ COMISSÃO DE
ELABORAÇÃO**

Tâmara Lúcia dos Santos Silva – Coordenadora Adjunta
Ilka de Carvalho Cedrim – Coordenadora Adjunta
Angeline Santos Castro – Coordenadora Adjunta Pedagógica
Gabriela Lins Veiga - Apoio pedagógico/administrativo
Sandra Francisco da Silva - Apoio pedagógico/administrativo
Cristiane Wanderlei Peixoto – Supervisora Local
Alezy Oliveira Lima – Apoio Pedagógico/Administrativo

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
2	APRESENTAÇÃO	4
3	JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	6
4	REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	7
5	FORMAS DE DIVULGAÇÃO	8
6	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	8
7	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	8
7.1	DIRETRIZES CURRICULARES E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS	8
7.1.1	Atendimento aos estudantes com necessidades específicas	10
7.2	ESTRUTURA CURRICULAR.....	10
8	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	12
9	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM	13
10	BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E LABORATÓRIOS	15
11	PERFIL DE PROFESSORES E TÉCNICOS	16
12	REQUISITOS DE CERTIFICAÇÃO	17
13	PROGRAMA DOS COMPONENTES CURRICULARES	17
	REFERÊNCIAS	30

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

QUADRO 1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Tipo de Curso: Mulheres Mil
Nome do Curso: Editor de vídeo
Eixo tecnológico: Produção cultural e design
Oferta: Presencial
Local de Oferta: Instituto Federal de Alagoas – <i>Campus</i> Palmeira dos Índios
Turno: Noturno
Carga Horária: 160 horas
Requisito de escolaridade: Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) - Completo
Requisito de idade: 16 anos.
Periodicidade: setembro a dezembro de 2024.
Oferta de vagas: 36 vagas.
Forma de ingresso: Processo seletivo

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

2 APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se do Plano Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional de Editor de Vídeo, na modalidade presencial, do Programa Mulheres Mil. O Programa visa à formação profissional e tecnológica, articulada com elevação de escolaridade e a inclusão sócio produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ele tem como principais diretrizes: possibilitar o acesso à educação; contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas; promover a inclusão social; defender a igualdade de gênero; combater a violência contra a mulher; promover o acesso ao exercício da cidadania e desenvolver estratégias para garantir o acesso das pessoas ao mundo do trabalho. Para isso, atua no sentido de garantir ascensão à educação a essa parcela da população, de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões. A proposta aqui apresentada é fruto da adesão do Ifal à Linha de Fomento, conforme regras divulgadas no Ofício-Circular No 35/2023,

de 17 de abril de 2023.

Este Plano Pedagógico de Curso (PPC) se propõe a contextualizar e a definir as diretrizes pedagógicas para este respectivo curso no âmbito do Instituto Federal de Alagoas - IFAL, campus Palmeira dos Índios. Consubstancia-se em uma proposta curricular baseada nos fundamentos filosóficos da prática educativa progressista e transformadora, nas bases legais da educação profissional e tecnológica brasileira, explicitadas na LDB nº 9.394/96 e atualizada pela Lei nº 11.741/08 e demais resoluções que normatizam a educação profissional e tecnológica brasileira, mais especificamente a que se a qualificação profissional.

Dada a natureza pedagógica, política e administrativa, este PPC é composto pela contextualização da oferta, pelas diretrizes pedagógicas e políticas institucionais para a organização curricular e pelo seu funcionamento. Essa estrutura visa contemplar os principais aspectos que a legislação educacional brasileira determina, assim como informar às comunidades interna e externa as normativas do curso.

A proposta visa oportunizar às pessoas em situação de vulnerabilidade social não apenas o acesso ao conhecimento técnico relacionado ao curso proposto, mas também o fortalecimento de competências sócio emocionais, empreendedoras e cidadãs, fundamentais para o desenvolvimento integral das participantes e para a sua inserção ativa na sociedade e no mercado de trabalho.

Nesse sentido, foram realizados estudos e discussões sobre a maneira mais coerente de organizar o curso para atingir os objetivos de formação, assim como alinhar-se ao que determina o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) quanto à missão e os valores do Ifal. A saber, o Instituto Federal de Alagoas (Ifal) tem como missão “Promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável” (IFAL, 2024). Desse modo, o IFAL se configura como um espaço dedicado à formação integral do indivíduo, à promoção ativa da cidadania e à produção e disseminação do conhecimento. O compromisso da instituição é formar não somente profissionais qualificadas, mas também cidadãs conscientes e participativas, prontas para contribuir positivamente em suas famílias, comunidades e na sociedade em geral.

3 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

O Plano Pedagógico do Curso (PPC) de Editor de Vídeo está ancorado nos normativos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021), as Normas de Organização Didática do Ifal (Resolução 03/CS/2017), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) e o Guia Pronatec de Cursos FIC.

O Ifal *campus* Palmeira dos Índios, é uma instituição pública federal que tem como objetivo oferecer educação pública, gratuita e de qualidade, buscando o desenvolvimento social, tecnológico e econômico do país e da região. Com a finalidade de qualificar profissionais para atuar de forma autônoma, o Ifal ampliou sua atuação em diversos municípios do estado com a oferta de cursos em diferentes áreas profissionais.

A oferta de cursos, como uma ação de Governo no Programa Mulheres Mil, utiliza uma metodologia denominada Sistema de Acesso, Permanência e Êxito. As alternativas metodológicas preveem, além do reconhecimento de saberes ao longo da vida, também sugerem “[...] instrumentos e mecanismos de acolhimento de populações não tradicionais, que viabilizassem o acesso à formação profissional e cidadã, com elevação de escolaridade, a inserção produtiva e a mobilidade no mundo do trabalho, o acompanhamento das egressas e os impactos gerados na família e na comunidade” (BRASIL, 2024).

Para essa ação, o Ifal aderiu ao Programa Mulheres Mil com o intuito de agregar conhecimentos atualizados que possam contribuir para exigências das áreas de trabalho profissional, buscando desenvolver nas pessoas, autoestima, habilidades e competências, assim despertando nelas a consciência sobre saúde e direitos da mulher, aprendizado sobre inclusão digital, empreendedorismo e temáticas específicas sobre a formação profissional.

Não distante disso, uma das características do *campus* Palmeira dos Índios é a oferta de educação profissional e tecnológica observando as necessidades de sua comunidade local, em todos os níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos objetivando a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Atualmente, as redes sociais são ferramentas importantes para divulgação de serviços e empresas. Saber criar conteúdo para a internet é um diferencial em qualquer profissão, pois faz com que o trabalho alcance um público maior. Para isso, a oferta de Curso de Editor de Vídeo vem fortalecer ou despertar nas pessoas participantes, conhecimento de seus direitos, deveres e de suas possibilidades e capacidades, levando assim, a alcançarem melhoria na qualidade de vida, de sua família, das comunidades locais e colaborando no desenvolvimento social.

Finalmente, o curso tem como objetivo geral formar profissionais que consigam utilizar as ferramentas e técnicas para edição de vídeos, usando o celular ou computador como produção de conteúdos de aprendizagem com enfoque na gravação e edição. E tem como objetivos específicos:

- Promover a formação técnica, ética e cidadã das pessoas atendidas pelo programa;
- Utilizar o celular/computador como ferramenta de produção e edição de vídeo;
- Conhecer e operar os softwares de edição audiovisual;
- Dominar as técnicas de comunicação visual, áudio, fotografia e iluminação.

4 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O curso de Editor de vídeo, na modalidade presencial, é direcionado a pessoas que tenham concluído o Ensino Fundamental II, com idade a partir de 16 anos e que se encontrem em vulnerabilidade e risco social, vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, moradoras de locais com infraestrutura deficitária, tendo como base os critérios do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, estabelecidos pelo Programa Mulheres Mil.

O acesso dar-se-á através da indicação de entidades da sociedade civil, públicas e privadas, que realizem trabalhos relacionados à assistência social, CRAS e/ou CREAS. A pré-matrícula será realizada pelos demandantes junto com a equipe local do Ifal, considerando aquelas pessoas em maiores condições de vulnerabilidade segundo o questionário socioeconômico preenchido por cada candidata a vaga no curso.

5 FORMAS DE DIVULGAÇÃO

A divulgação dos objetivos do Programa Mulheres Mil acontecerá no site do Instituto Federal de Alagoas e nas redes sociais oficiais, a fim de despertar amplamente o interesse da comunidade. Também serão realizadas visitas na cidade de Palmeira dos Índios para contato com as pessoas interessadas.

6 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Concluídas as etapas de formação, espera-se que a participante do Curso de Editor de Vídeo, desenvolva um perfil que lhe possibilite:

- Estruturar narrativas de filmes e vídeos;
- Editar imagens e áudio e criar efeitos especiais;
- Domínio sobre as técnicas de produção;
- Produção de material audiovisual;
- Conhecimento de técnicas de transmissões online;
- Conhecimento sobre o mercado de trabalho.

7 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

7.1 DIRETRIZES CURRICULARES E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS

O Ifal, na perspectiva de cumprimento de sua missão, requer que a estrutura curricular dos seus cursos tome o trabalho como princípio geral da ação educativa. Para tanto, adota princípios fundamentais como a formação integral, a permanência com êxito, a integração das atividades e a formação cidadã (IFAL, 2024).

Mediante o exposto, os procedimentos metodológicos utilizados deverão tomar como base os pressupostos das metodologias ativas da aprendizagem. Nessa abordagem, as estudantes, orientadas pelos docentes, adquirem “uma postura de ação, resolvendo problemas, desenvolvendo projetos e criando oportunidades para a construção de conhecimento” (ANDRADE et al, 2020, p.09), assegurando, assim, a elaboração de aprendizagens significativas.

Nesse sentido, orientamos que a prática pedagógica docente contemple:

- Abordagem dos conteúdos de ensino de modo contextualizado, devendo

expressar a pluralidade cultural existente na sociedade, valorizando as experiências das estudantes, sem perder de vista a construção de novos saberes;

- Envolvimento das estudantes na avaliação de seu processo educativo visando uma tomada de consciência sobre o que sabem e o que precisam e/ou desejam aprender;
- Elaboração de materiais didáticos adequados às participantes. Esse material deverá contemplar a síntese das teorias e a referência para buscas bibliográficas aprofundadas, além de trazer exemplos, exercícios, entre outros.
- Comunicação efetiva entre docentes e estudantes, seguindo os princípios da cooperação, do respeito e da autonomia, de modo a alcançar os objetivos pedagógicos propostos;
- Utilização de recursos tecnológicos disponíveis, adequando-os ao público, auxiliando, assim, as atividades pedagógicas;
- Acompanhamento pedagógico individualizado às estudantes que apresentarem dificuldades, visando à permanência e à conclusão com êxito;
- Produção coletiva do conhecimento, adotando estratégias de ensino diversificadas, que favoreçam a interação entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem: aulas expositivas dialogadas e interativas; desenvolvimento de projetos; aulas experimentais (em laboratórios); visitas técnicas; seminários; jogos; debates; exposição de filmes; grupos de estudos; desenvolvimento de pesquisas sobre os aspectos teóricos e práticos na área de vendas; estudos de caso; relato de experiências das estudantes, entre outros;
- Organização de um ambiente educativo instigador, de modo a articular múltiplas atividades, beneficiando a transformação de informações em conhecimentos necessários à qualificação profissional das jovens e das adultas matriculadas no curso;
- Realização do planejamento, do registro e da análise das aulas e atividades realizadas.

Salienta-se a necessidade dos docentes estarem permanentemente atentos ao comportamento; concentração; atenção; participação e expressões faciais das estudantes, uma vez que estes são excelentes parâmetros do processo educacional.

A organização curricular está elaborada de forma sequencial, cujo intuito é facilitar o entendimento dos princípios teóricos e práticos para desenvolver a atividade de Editor de Vídeo. O Curso está organizado em 12 componentes curriculares totalizando 160 horas.

7.1.1 Atendimento aos estudantes com necessidades específicas

O Curso de Editor de Vídeo atuará no sentido de cumprir os dispositivos que regulamentam a Resolução nº 17/CS, de 11 de junho de 2019, do Instituto Federal de Alagoas, garantindo o atendimento aos estudantes com necessidades específicas, assegurando a igualdade de oportunidades e o fortalecimento das políticas de Educação Inclusiva.

Isso posto, deverá assegurar as condições adequadas para que ocorra a qualificação profissional desses jovens e desses adultos, a fim de que possam concorrer às oportunidades concedidas pelo mundo do trabalho.

7.2 ESTRUTURA CURRICULAR

A matriz curricular do curso de Editor de Vídeo do Programa Mulheres Mil, na modalidade presencial, é estruturada por temas interdisciplinares e tem suas unidades didáticas dispostas em 03 (três) módulos formativos.

O módulo do núcleo comum a todos os cursos, compreende o núcleo básico com 40h, junto ao núcleo de gênero, saúde da mulher e qualidade de vida, com 24h. O núcleo profissional, composto por 96 h, está voltado para a formação da estudante com a finalidade de inclusão socioprofissional e empoderamento. Totalizando uma carga horária de 160h, que são distribuídas da seguinte forma, conforme consta no quadro 2.

Quadro 2: Matriz Curricular do Curso de Editor de Vídeo		
Módulos	Componente Curricular	Carga Horária¹
Núcleo Básico	Leitura e produção de textos aplicados ao curso	12
	Matemática aplicada e noções de educação financeira	12
	Inclusão digital voltada para o exercício da cidadania	8
	Oratória, expressão corporal e verbal	8
Núcleo de Gênero, Saúde da Mulher e Qualidade de Vida	Princípios da cidadania, gênero e direitos da mulher	8
	Ética e relações humanas	8
	Noções de biossegurança, segurança alimentar e nutricional	8
Núcleo Profissional	Informática básica	20
	Técnicas de comunicação visual, áudio e vídeo para transmissões online	20
	Software de edição audiovisual	40
	Noções de empreendedorismo, cooperativismo e economia solidária	8
	Direitos e deveres da trabalhadora	8
CARGA HORÁRIA TOTAL		160h

Para além dos componentes da matriz curricular, a equipe multidisciplinar de cada unidade no momento da busca ativa das estudantes, fará a identificação da comunidade e do perfil situacional das pessoas. E na acolhida das pessoas para início das aulas, realizará a oficina de construção e aplicação do mapa da vida, de acordo com as orientações a seguir.

¹ A hora/aula, considerada na organização da matriz curricular, possui 60 minutos.

A construção dos diagnósticos e do mapa da vida irão identificar e contemplar a realidade das participantes para que os componentes curriculares estejam adequados aos grupos de pessoas e seu contexto de vida.

A identificação da comunidade e do perfil situacional das pessoas visa conhecer a estrutura, carências e serviços disponíveis nas comunidades. O diagnóstico da comunidade é realizado com os dados fornecidos pelos participantes e suas trocas de experiências.

Através do estudo das condições de vulnerabilidade, quais sejam: baixo nível de escolaridade, histórico de emprego com baixa remuneração e condições adversas, fragilidade da estrutura familiar, experiências educacionais e de vida negativas, dentre outros, definirá qual o perfil das educandas.

A oficina de construção e aplicação do mapa da vida irá coletar informações mais detalhadas sobre a história de vida e saberes das participantes, propiciando a troca de experiências, aumentando a capacidade de autoavaliação e ainda, mostra as participantes que todas trazem consigo uma bagagem de informações, habilidades e conhecimentos próprios de cada uma.

Conhecer a realidade com a qual se vai trabalhar é um ponto estruturante e tem um impacto direto no êxito do Programa. A coleta e o levantamento dos dados contribuirão para o entendimento da realidade da comunidade. Na construção da identificação da comunidade a atividade pode ser estruturada da seguinte forma: pedir que as estudantes se distribuam em grupos que residam na mesma comunidade ou áreas circunvizinhas. Utilizar cartolinas, papel colorido, canetas coloridas, lápis de cor, tesouras, colas e imagens (podem ser de revistas, jornais e xerox de fotografias antigas), etc. É importante lançar algumas questões alusivas ao tema para estimular a reflexão com base no objetivo que se almeja, objetivando reforçar a integração do grupo. Elaborar com antecedência as perguntas que nortearão a reflexão. Desse modo, o método possibilita sua aplicação em distintos momentos e diferentes objetivos.

8 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento de conhecimentos e experiências adquiridas, anteriormente, podem ser realizados a partir de avaliação e certificação, mediante exames, elaborados em concordância com as características do componente curricular.

Podem ser aproveitados:

- a) Componentes curriculares concluídos em cursos técnicos de nível médio ou de qualificação profissional, observada a escolaridade mínima estabelecida;
- b) Saberes e competências reconhecidos em processos formais de certificação profissional.

9 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A metodologia de avaliação nos cursos realizados pelo Programa Mulheres Mil, do Instituto Federal de Alagoas/IFAL, levará em consideração o conhecimento empírico de cada estudante, ou seja, os conhecimentos prévios. Aquilo que as pessoas aprenderam em suas práticas quotidianas farão parte de todo processo ensino-aprendizagem ao longo do curso ministrado.

Busca-se valorizar as experiências individuais de forma a construir aprendizados coletivos ao longo do curso, tornando o processo ensino-aprendizagem dotado de significados, aumentando a autoestima das participantes e potencializando os diversos saberes dentro de uma multiplicidade de vivências de cada pessoa.

Acredita-se na avaliação da aprendizagem de forma participativa, contínua, permanente, formativa e qualitativa. Reconhecendo as pessoas como pessoas com vivências ricas que devem nortear as práticas pedagógicas e direcionar os métodos avaliativos. Deve-se considerar o conhecimento prévio das estudantes, acrescentando os conceitos chaves, pontuando os saberes acadêmicos de forma que os saberes, empíricos e da academia, sejam indissociáveis e os possíveis equívocos sejam dissolvidos.

De acordo com o novo plano de permanência e êxito, a “concepção de avaliação escolhida é a da avaliação contínua, simétrica e reflexiva”. Ou seja, a avaliação deve ser vista como um processo, e isto significa que deve ser levado em conta o progresso das discentes a partir da abordagem dos conceitos trabalhados e das práticas executadas. A reflexão através da autoavaliação é também uma forma de aprendizagem que leva ao aprimoramento da prática, formação de novos hábitos e conhecimentos. Esta prática deve ser considerada ao longo de todo processo avaliativo.

Caberá aos professores escolherem a melhor estratégia de avaliação de acordo com o componente curricular ministrado, podendo utilizar em suas metodologias teste prático, simulações de fatos, observações, trabalhos de apresentações, exposições, debates, autoavaliação, trabalhos em grupo, participação em sala de aula, relatórios, criação de folders, pôsteres, materiais de redes sociais, vídeos, seminários e avaliações dissertativas, com ou sem consulta, e objetiva, a depender do perfil da turma.

A avaliação, em todos os seus momentos, deverá possibilitar a observação da capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e competências necessárias para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do curso.

Importante ressaltar que, à medida que as aulas avançam, os professores devem usar a criatividade para fazer com que as participantes desenvolvam as habilidades que o curso requer. A avaliação não deve ser enclausurada, rígida e ineficiente para comprovar a aprendizagem, mas ela pode ser criativa, leve e induzir as pessoas a participarem, com alegria, deste processo. Devem-se utilizar formas flexíveis e justas de avaliação, com imparcialidade, com rigor, porém, mais brando que as avaliações tradicionais. É importante considerar que existem métodos que provam o mesmo conhecimento de forma diferenciada e que visam ao aprofundamento de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e atitudes das discentes, essas formas deverão ser exploradas na sua totalidade.

A avaliação do desempenho escolar será feita por componentes curriculares, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento. A assiduidade diz respeito à frequência, nas aulas teóricas, nos trabalhos escolares, nos exercícios de aplicação e atividades práticas. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo das estudantes e dos resultados obtidos nas atividades avaliativas.

Tendo em vista que o processo ensino-aprendizagem ocorrerá de forma diagnóstica, contínua e participativa, considerando-se os aspectos qualitativos e quantitativos, o aproveitamento dos componentes curriculares para composição do certificado deverá vir através de conceitos, conforme expresso abaixo:

O resultado desse processo de avaliação será expresso em menções:

- **Conceito A - Excelente:** capaz de desempenhar, com destaque, as competências exigidas pelo perfil profissional de conclusão. ()
- **Conceito B - Muito bom:** capaz de desempenhar, a contento, as competências exigidas pelo perfil profissional de conclusão. ()
- **Conceito C - Bom:** capaz de desempenhar o mínimo das competências exigidas pelo perfil profissional de conclusão. ()
- **Conceito D - Regular :** desenvolveu abaixo do esperado para as competências exigidas pelo perfil profissional de conclusão. (nota menor 6,0)

		Nota (n)
Conceito A	EXCELENTE	
Conceito B	MUITO BOM	
Conceito C	BOM	
Conceito D	REGULAR	Nota menor 6,0

Elencada com os objetivos do Programa Mulheres Mil, a avaliação deve se constituir num processo inclusivo, que eleve a autoestima das pessoas e lhes dê coragem para galgar novos desafios, novas aprendizagens e constituírem visões de um mundo com mais possibilidades para si.

Ao término do curso considerar-se-á aprovado a participante que obtiver percentual mínimo de setenta e cinco por cento (75%) de frequência em todo o período letivo do curso e no mínimo conceito C nas médias regulares dos componentes curriculares.

Por fim, deverão ser criados espaços para a recuperação contínua da aprendizagem das estudantes com dificuldades de acompanhamento dos estudos, por meio de várias técnicas e instrumentos avaliativos, de forma que elas avancem sempre juntas às demais, procurando evitar a reprovação e/ou exclusão do programa.

10 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E LABORATÓRIOS

As instalações e equipamentos são constituídas com base nas especificações técnicas necessárias ao processo de formação profissional requerido para a consecução do perfil de formação. Sendo assim, a estrutura física necessária ao funcionamento do Curso de Editor de Vídeo deverá conter:

I. 02 Salas para realização das aulas: com 36 carteiras cada, quadro branco, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.

II. Biblioteca com espaço de estudos individual e em grupo.

III. Laboratório de Informática contendo equipamentos e materiais específicos: mesas, cadeiras, computadores, quadro branco e projetor multimídia.

IV. Sala de apoio para equipe administrativa e professores com mobiliário e acesso à Internet.

11 PERFIL DE PROFESSORES E TÉCNICOS

Os quadros 3 e 4, a seguir, descrevem o pessoal docente e administrativo necessário ao funcionamento do Curso, que são bolsistas do programa, conforme determinação da Resolução/CD/FNDE N° 6, de 12 de março de 2013:

QUADRO 3 – PROFESSORES	
Área	Formação
Leitura e produção de textos aplicados ao curso	Graduação em Letras, OU Comunicação.
Matemática aplicada e noções de educação financeira	Graduação em Matemática, OU Administração, OU Ciências Contábeis, OU Economia, OU Tecnólogo em Processos Gerenciais.
Inclusão digital voltada para o exercício da cidadania	Graduação em Informática, OU em Ciência da Computação, OU Análise e Desenvolvimento de Sistemas, OU Sistemas de Informação.
Oratória, expressão corporal e verbal	Graduação em Letras, OU Psicologia, OU Comunicação Social, OU Artes, OU Teatro, OU Artes Cênicas, OU Comunicação e Marketing, OU Jornalismo, OU Tecnólogo em Recursos Humanos.
Princípios da cidadania, gênero e direitos da mulher	Graduação em Direito, OU Ciências Sociais, OU Filosofia, OU Psicologia, OU Serviço Social.

Ética e relações humanas	Graduação em Direito, OU Ciências Sociais, OU Filosofia, OU Psicologia, OU Serviço Social.
Noções de biossegurança, segurança alimentar e nutricional	Graduação em Nutrição, OU Graduação em Engenharia de Alimentos, OU Tecnólogo em Alimentos, OU Laticínios.
Noções de empreendedorismo, cooperativismo e economia solidária	Graduação em Administração, OU Tecnólogo em Administração, OU Gestão Pública, OU Recursos Humanos, OU Marketing, OU Comércio Exterior, OU Economia, OU Empreendedorismo, OU Ciências Sociais.
Direitos e deveres da trabalhadora	Graduação em Direito, OU Ciências Sociais, OU Psicologia, OU Serviço Social.
Informática Básica	Graduação em Informática, OU em Ciência da Computação, OU Análise e Desenvolvimento de Sistemas, OU Sistemas de Informação.
Técnicas de comunicação visual, áudio e vídeo para transmissões online	Curso Técnico ou Graduação em Informática, OU em Ciência da Computação, OU Análise e Desenvolvimento de Sistemas, OU Sistemas de Informação, OU Artes, OU qualquer habilitação com aptidão em Audiovisual.
Software de edição audiovisual	Graduação em Informática, OU em Ciência da Computação, OU Análise e Desenvolvimento de Sistemas, OU Sistemas de Informação, OU qualquer habilitação com aptidão em Audiovisual.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Função	Formação
Supervisora Local	Servidor ativo do IFAL com curso superior
Apoio Pedagógico/Administrativo	Servidor ativo do IFAL com curso superior

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

12 REQUISITOS DE CERTIFICAÇÃO

Após a integralização dos componentes curriculares, as estudantes que obtiverem frequência de, no mínimo, 75% de frequência em todo o período letivo do curso e no mínimo conceito C nas médias regulares dos componentes curriculares, será conferido o Certificado de conclusão do Curso de Qualificação Profissional de

Editor de Vídeo, na modalidade a presencial.

13 PROGRAMA DOS COMPONENTES CURRICULARES

	Carga Horária: 12 Horas
EMENTA	
Relacionar os conteúdos programáticos aplicados aos conceitos e tópicos do curso. Aplicar ferramentas básicas de leitura e produção de texto. Reconhecer textos verbais e não-verbais. Compreensão e interpretação de textos.	
OBJETIVOS	
Empregar a língua na modalidade oral e escrita adequada às diferentes situações de comunicação. Perceber a utilidade e os benefícios do domínio da leitura e produção de texto para o desenvolvimento da competência profissional.	
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elementos da comunicação; 2. Funções da linguagem; 3. Linguagem verbal e linguagem não-verbal; 4. Relação entre língua falada, língua escrita e variação linguística; 5. Gêneros e tipos textuais relacionados ao curso. 	
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA	
<p>CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.</p> <p>GARCIA, O.M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.</p> <p>FIORIN, J. L. Lições de texto: leitura e redação. 5.ed. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>MEDEIROS, J. B. Português instrumental. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2018.</p> <p>MESQUITA, R. M. Gramática da língua portuguesa. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.</p>	

	Carga Horária: 12 Horas
EMENTA	
Relacionar os conteúdos programáticos aplicados aos conceitos e tópicos do curso. Aplicar as ferramentas de matemática básica relacionadas à formação profissional das alunas. O uso da matemática no cotidiano. Os fundamentos das quatro operações. Noções de porcentagem. Grandezas e medidas.	

OBJETIVOS
Revisar e aprofundar os conceitos básicos de matemática. Compreender a utilidade e os benefícios da matemática para o desenvolvimento das competências profissionais e formação para o mercado de trabalho.
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Operações com números racionais; 2. Regra de três simples e composta; 3. Porcentagem; 4. Juros simples e compostos; 5. Descontos simples; 6. Grandezas e medidas.
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
<p>BUIAR, C. L. Matemática financeira. Curitiba: Editora livro técnico, 2010.</p> <p>DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações: ensino médio, volume 1. 5.ed. São Paulo: Ática, 2012.</p> <p>IEZZI, G.; HAZZAN, S.; DEGENSZAJN, D. Fundamentos de matemática elementar, 11: matemática comercial, matemática financeira e estatística descritiva. São Paulo: Atual, 2004.</p> <p>LIMA, E. L. et al. A matemática do ensino médio: volume 1. 10.ed. Rio de Janeiro: SBM, 2012.</p> <p>SAMANEZ, C. P. Matemática financeira. 5.ed. São Paulo: Pearson, 2010.</p>

	Carga Horária: 8 Horas
EMENTA	
Introdução aos principais conceitos relacionados ao funcionamento de computadores e sistemas operacionais. Ferramentas aplicadas à prática profissional do curso. Editor de texto, planilhas eletrônicas. Principais mecanismos de busca e navegação na Internet. Redes sociais, correio eletrônico e computação na nuvem. O uso da internet como ferramenta para potencializar as vendas.	
OBJETIVOS	
Aprender a ligar e desligar um computador. Conhecer um sistema operacional e seus aplicativos. Manipular periféricos, tais como mouse e teclado. Apresentar os recursos do editor de texto e planilhas eletrônicas. Aprender a acessar a Internet e usar os mecanismos de comunicação (redes sociais) e nuvem. Aprender a fazer uso das redes sociais para ampliar as vendas.	
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecendo o computador (ligar e desligar; periféricos); 	

2. Sistema operacional (área de trabalho, barra de tarefas e botão iniciar);
3. Editor de texto e planilha (digitação, salvar e imprimir documentos);
4. Internet (acessar páginas, downloads, correio eletrônico e redes sociais, nuvem).

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ALVES, W. P. **Informática fundamental**: introdução ao processamento de dados. São Paulo: Érica, 2010.

BARBOSA FILHO, A.; CASTRO, C.; TOME, T. **Mídias digitais**: convergência tecnológica e inclusão social. São Paulo: Paulinas, 2005.

HUNT, T. **O poder das redes sociais**. São Paulo: Gente, 2010.

MARÇULA, M.; BENINI FILHO, P. A. **Informática**: conceitos e aplicações. 4.ed. São Paulo: Érica, 2013.

SILVA, M. G. da.; OLIVIERO, C. A. J. **Informática**: terminologia, microsoft windows 8, internet, segurança, microsoft office word 2010, microsoft office excel 2010, microsoft office powerpoint 2010, microsoft office access 2010. São Paulo: Érica, 2012.

Carga Horária: 8 horas

EMENTA

Comunicação e expressão. Linguagem corporal. Estratégias retóricas. Estrutura do discurso. Técnicas de apresentação. Comunicação de improviso. Ansiedade e medo.

OBJETIVOS

Propiciar às participantes vivências que desenvolvam a comunicação oral e a comunicação corporal com a utilização de estratégias que promovam o envolvimento e a interação coletiva. Saber lidar com o medo e a inibição de falar em público.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Prática em oratória;
2. Comunicação corporal;
3. Técnicas de relaxamento;
4. Dinâmicas de comunicação e interação;
5. Timidez e introversão.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ANDREOLA, B. A. **Dinâmica de grupo**: jogo da vida e didática do futuro. 29.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GUIRAUD, P. **A linguagem do corpo**. São Paulo: Ática, 2001.

PENTEADO, J. R. W. **A técnica da comunicação humana**. 14.ed. São Paulo:

Cengage Learning, 2012.
 POLITO, R. **Como falar corretamente e sem inibições**. 112.ed. São Paulo: Benvirá, 2016.
 WEIL, P.; TOMPAKOW, R. **O corpo fala**: a linguagem silenciosa da comunicação não verbal. 74.ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

	Carga Horária: 8 horas
EMENTA	
A doutrina dos direitos fundamentais e sua evolução. O sistema global de proteção dos direitos humanos. Sistemas regionais de proteção dos direitos humanos. A declaração de direitos na Constituição brasileira. Os instrumentos de proteção de direitos humanos. Direitos da mulher. Violência doméstica e familiar. Políticas públicas de atenção à mulher.	
OBJETIVOS	
Analisar, refletir e compreender os princípios, valores e direitos que caracterizam a dignidade da pessoa humana, promovendo o debate sobre a importância da construção da igualdade nas relações de gênero e combate a todas as formas de violência e discriminação. Promover a elevação da autoestima por meio do conhecimento sobre as modalidades de violência contra a mulher e seus mecanismos legais de repressão.	
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentos de direitos humanos e cidadania; 2. Direitos econômicos e sociais; 3. Os conceitos de gênero e de relações de gênero; 4. Enfrentamento da violência contra a mulher (Lei Maria da Penha); 5. Modalidades de violência; 6. Femicídio; 7. As relações de gênero e o mundo do trabalho. 	
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA	
<p>BONETTI, A.; SOUZA, A. M. F. de L. e (Orgs.). Gênero, mulheres e feminismos. Salvador: Edufba, 2011.</p> <p>BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (orgs.). Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro enigma, 2012.</p> <p>BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 out. 2023.</p> <p>BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de</p>	

Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2002]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10406-10-janeiro-2002-432893-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Institui%20o%20C%C3%B3digo%20Civil.&text=Art.,e%20deveres%20na%20ordem%20civil>. Acesso em: 13 out. 2023.

SOIHET, R. **Feminismos e antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

	Carga Horária: 8 horas
EMENTA	
Noções de ética. A importância da ética na vida e no trabalho. A importância das relações humanas no trabalho, na família e na comunidade. Processo de humanização.	
OBJETIVOS	
Promover a reflexão sobre a importância da ética na vida e no trabalho. Refletir sobre formas mais saudáveis de se relacionar com outras pessoas em diferentes ambientes e situações. Identificar práticas de relacionamentos interpessoais. Desenvolver habilidades para trabalhar em equipe. Compreender a comunicação como elemento nas relações interpessoais.	
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conceito de ética; 2. Relacionamentos interpessoais; 3. Autoconhecimento; 4. Humanização; 5. Trabalho em equipe; 6. O papel da comunicação nas relações interpessoais. 	
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA	
<p>CORTELLA, M. S. Pensar bem nos faz bem!: pequenas reflexões sobre grandes temas 2: família, carreira, convivência, ética. 2.ed. Petrópolis; Vozes, 2014.</p> <p>COSTA, A. A. [et al.]. Reconfiguração das relações de gênero no trabalho. São Paulo: CUT, 2004. Disponível em: https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05632.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.</p> <p>DAVIS, K.; NEWSTROM, J. W. Comportamento humano no trabalho: uma</p>	

abordagem organizacional, v.2. São Paulo: Cengage Learning, 1996.
 DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das relações interpessoais**: vivências para o trabalho em grupo. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
 SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Ética**. 35.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
 TELES, M. A. de A. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

	Carga Horária: 8 horas
EMENTA	
Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Doenças transmitidas por alimentos. Riscos de uma alimentação desbalanceada. Higiene e conservação de alimentos. Higiene pessoal e uso de EPIs.	
OBJETIVOS	
Contribuir para a disseminação de informações sobre SAN e DHAA, seus conceitos e bases legais. Conhecer, avaliar, analisar e discutir aspectos sobre a higiene dos alimentos e higiene pessoal.	
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecimento e explanação da SAN e DHAA; 2. Conceitos de higiene alimentar; 3. Conservação de alimentos; 4. Conceito de segurança alimentar; 5. Higiene pessoal; 6. Importância do uso dos EPIs. 	
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA	
<p>BRASIL. Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 23 out. 2023.</p> <p>BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas à assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 19 out. 2023.</p>	

BRITO, J. G.; COSTA, E. R. Titularidade feminina no Programa Bolsa Família: questões de gênero e Segurança Alimentar. **Revista Tropos**. v.1, n.3. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/185>. Acesso em: 23 out. 2023.

MALUF, R.; REIS, M. C. dos. Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional. In: ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. (orgs.) **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SILIPRANDI, E. C. A alimentação como um tema político das mulheres. In ROCHA, C.; BURLANDY L.; MAGALHÃES R. (org.). **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

SILVA JR., E. A. da. **Manual de controle higiênico sanitário em serviços de alimentação**. 7.ed. São Paulo: Varela, 2014.

	Carga Horária: 8 horas
EMENTA	
Tipos de associativismo: cooperativas, associações, rede de empresa, consórcio de empresas, central de negócios. Introdução ao empreendedorismo. Criatividade, visão e perfil empreendedor. Liderança. Plano de negócio. Economia solidária: conceitos e aplicação no desenvolvimento econômico e social do país.	
OBJETIVOS	
Propiciar condições para que as participantes reconheçam os valores, princípios e atitudes indispensáveis ao sucesso de um empreendimento coletivo, refletindo e decidindo sobre a sua participação no processo de constituição e organização grupal. Provocar o desenvolvimento de novas empreendedoras, sintonizadas com as novas tendências do mercado, e identificar oportunidades para aplicar os conhecimentos de forma criativa, gerando empreendimentos importantes e de relevância para a sociedade. Contribuir para o desenvolvimento local, integrado e sustentável, bem como para a geração de emprego e renda da comunidade através da elaboração de um plano de negócio. Proporcionar o conhecimento sobre economia solidária.	
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conceitos de economia solidária, associativismo e cooperativismo; 2. Empreendimentos de economia solidária; 3. Negócios coletivos; 4. Conceituação de empreendedorismo; 5. Estrutura organizacional de um pequeno negócio; 6. Liderança; 7. Plano de negócio. 	

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
<p>SEBRAE. Como elaborar um plano de negócios. Brasília, DF: SEBRAE, 2013. Disponível em: Como elaborar um plano de negócios_17 x 24.indd (sebrae.com.br). Acesso em 30 out. de 2023.</p> <p>CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4.ed. Barueri: Manole, 2012.</p> <p>DAMÁSIO, M. M. Associativismo e cooperativismo. Brasília: NT, 2014.</p> <p>DORNELAS, J. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 8.ed. São Paulo: Empreende, 2021.</p> <p>MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2011.</p> <p>SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.</p>

	Carga Horária: 8 horas
EMENTA	
<p>Tópicos da Constituição Federal de 1988 aplicados à mulher. Isonomia. Proteção no mercado de trabalho. Seguridade social. Direito do trabalho aplicado à mulher: proteção à maternidade. Segurança e saúde do trabalho. Distinção entre relação de emprego e relação de trabalho. Direitos da mulher grávida: saúde, trabalho e outros decorrentes da vida em sociedade.</p>	
OBJETIVOS	
<p>Compreender os direitos e deveres das mulheres trabalhadoras explorando temas acerca do direito do trabalho aplicado à mulher.</p>	
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Explanação dos direitos e deveres da mulher; 2. Direito do trabalho aplicado à mulher; 3. Diferença entre relação de emprego e relação de trabalho; 4. Legislação trabalhista e o mundo feminino; 5. O mercado de trabalho e sua relação com as mulheres. 	
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA	
<p>BRASIL. Decreto Lei nº 5.452, de 1 maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 08 nov. 2023.</p> <p>BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 out. 2023.</p> <p>FERRITO, B. Direito e desigualdade: uma análise da discriminação das mulheres</p>	

no mercado de trabalho a partir dos usos dos tempos. São Paulo: LTR, 2021.
 SILVÉRIO, V. G. **A proteção do trabalho da mulher como direito fundamental:** igualdade de gênero, reconhecimento e emancipação. Curitiba: CRV, 2020.

Componente Curricular: Informática Básica	Carga Horária: 20 horas
EMENTA	
Hardware e Software, sistemas operacionais, gerenciamento de pastas e arquivos. Recursos da Internet, utilização racional, downloads, redes sociais e segurança da informação.	
OBJETIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> ● Identificar os componentes básicos de um computador: entrada, processamento, saída e armazenamento. ● Iniciar o aluno no uso dos recursos da informática ● Inicializar e/ou aperfeiçoar o aluno na utilização dos recursos disponíveis na Internet ● Orientar o aluno em relação à segurança da informação na Internet 	
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Hardware <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Componentes básicos de um computador 2. Armazenamento de dados <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Dispositivos de armazenamento de dados 3. Software <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Sistemas operacionais 3.2. Software aplicativo 3.3. Antivírus 3.4. Software de negócios 4. Sistemas Operacionais <ol style="list-style-type: none"> 4.1. Fundamentos e funções 4.2. Sistemas operacionais existentes (Windows e Linux) 4.3. Ligar e desligar o computador 4.4. Utilização de teclado e mouse (aplicativo para digitação e aplicativo para desenho) 4.5. Área de trabalho (Ícones e menu de programas) 5. Gerenciando pastas e arquivos <ol style="list-style-type: none"> 5.1. Criar, excluir e renomear pastas 5.2. Copiar, recortar, mover e colar arquivos e pastas 5.3. Criar atalhos na área de trabalho 5.4. Extensões de arquivos (associar programas às extensões dos arquivos) 6. Navegação na Internet: <ol style="list-style-type: none"> 6.1. Acessando páginas; 6.2. Comércio eletrônico – orientação quanto à segurança; 	

- 6.3. Páginas de pesquisa – métodos de busca;
- 6.4. Download de arquivos;
- 6.5. Correio eletrônico – mensagem de texto, arquivos anexos (envio e recebimento), limite de tamanho e formato de arquivos;
- 6.6. Páginas de redes sociais - conversa on-line;
- 6.7. Exemplos de aplicações que rodam diretamente pela Internet;
- 6.8. Grupos discussão da Web;
- 6.9. Blogs.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- CAPRON, H.L. e JOHNSON, J.A. **Introdução à informática**. São Paulo : Pearson Prentice Hall, 2004.

Componente Curricular: Técnicas de comunicação visual, áudio e vídeo para transmissões online

Carga Horária: 20 horas

EMENTA

Estudo de técnicas básicas de comunicação visual, figurino e fotografia. Planejamento e operação de material de áudio e vídeo. Conhecimentos básicos de ferramentas de software para produção audiovisual.

OBJETIVOS

Compreender as técnicas de comunicação visual com o objetivo de criação de conteúdo para plataformas online e produção audiovisual. Compreender de técnicas de fotografia e iluminação, elaboração de cenários, roteiros e produção de ambiente visual. Planejar e executar projetos de áudio e vídeo para transmissões online.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

- Elementos básicos da linguagem audiovisual – conceitos de plano, movimentação de câmera, roteirização, direção e montagem/edição;
- Princípios teóricos de narrativa visual;
- Conceituação de roteiro (etapas, ideia, storytelling, sinopse, escaleta, storyboard e formatação do roteiro);
- Relação imagem e som e dimensões do espetáculo visual. A matriz do cinema e sua experiência no contexto da modernidade;
- Implicações da ficção seriada na narrativa e no consumo;
- Narrativas audiovisuais. Narrativas transmidiáticas, imersão e convergência.
- Conceitos, propriedades e parâmetros do som;
- Diálogos, efeitos sonoros e trilhas sonoras;
- Introdução técnicas de captação do som;
- Níveis de gravação, Bits, Formatos Digitais, Sinal e Ruído;
- Formatos de som;
- Efeitos e ajustes sonoros.
- Software, ferramentas e fundamentos para transmissões online

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
<ul style="list-style-type: none"> ● CAVALCANTI, Alberto. Filme e Realidade. Rio de Janeiro, Artenova/EMBRAFILME, 1976. ● EISENSTEIN, Sergei. A Forma do Filme. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990. ● MACHADO, Arlindo. A Arte do Vídeo. São Paulo, Brasiliense, 1995. ● KNIGHT, Arthur. Ascensão dos Documentários, in: Uma História Panorâmica do Cinema. Editora Lidador, 1970. ● RODRIGUES, Chris. O Cinema e a Produção. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2002. ● EVANS, Russell. Curtas extraordinários! Como filmar e compartilhar seus curtas na Internet. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. ● LIGNELLI, César. Sons (em)cena - Parâmetros do Som. Ed. Appris, 2020

Componente Curricular: Software de edição audiovisual	Carga Horária: 40 horas
EMENTA	
Desenvolvimento prático de atividades de edição audiovisual com o auxílio de computador. Utilização de software específico para operações, como Audacity, Kdenlive, Davinci, Capcut, Facetune, Shotcut e/ou outros. Produção de audiovisual para publicações e/ou transmissões online.	
OBJETIVOS	
Analisar e planejar as ferramentas computacionais disponíveis para a produção audiovisual. Capacitar para a configuração e operação de software audiovisual, compreendendo aspectos técnicos e artísticos do conteúdo produzido.	
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ferramentas computacionais; ▪ Conceitos, ferramentas em uso de softwares de audiovisual; ▪ Configurações de softwares; ▪ Importação e exportação de arquivos; ▪ Elementos e efeitos; ▪ Transições; ▪ Colorização; ▪ Imagens em fotos/vetores; ▪ Legendas e textos; ▪ Adição de trilha sonora e equalização de sons; ▪ Efeitos e ajustes de áudios captados; ▪ Formatos de arquivo de vídeo e áudio. 	
BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA	
BICHARA, Marcos José. Conhecendo o Audacity . Livro Digital, 2021 BRITTO, Alan. Blender 2.8 - guia rápido . Ed. Independently Published, 2019	

CRISTE, Junior. **Aprenda a editar vídeos - Kdenlive**. Ed. Junior Criste; 2o edição, 2020
GRAÇA, Ricardo. **Produzindo animações com softwares livres**. Ed. Rme Comunicacao e Idiomas Ltda, 2018
JAMES, Henry J. **Getting started with DaVinci Resolve 17**. Ed. Anodyne Press LLC, 2021
SURHONE, Lambert M. **OpenShot video editor**. Ed. Betascript Publishing, 2010

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. G. da S. B; AGUIAR, N. C. R. B. F.; SANTOS, J. dos. Metodologias Ativas. Tecnologias Digitais. Geração Z. Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira de Educação Profissional**, Rio Grande do Norte, v. 1, n. 18. 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/8575>. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12513.htm. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: Ministério da educação, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 10 nov. 2023.

DEMO, P. **A nova LDB: ranços e avanços**. 23.ed. Campinas: Papyrus, 2012.

IFAL. **PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional: IFAL 2019/2023**. Maceió, AL: IFAL, 2024. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/planejamento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional/PDI20242028.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2024.

IFAL. Conselho Superior. **Resolução nº 03/CS, de 31 de março de 2017**. Maceió, AL: Conselho Superior, 2017.

IFAL. Conselho Superior. **Resolução Nº17/CS, de 11 de junho de 2019**. Aprova a regulamentação de procedimentos de identificação, acompanhamento e avaliação de discentes com necessidades específicas do IFAL. Maceió, AL: Conselho Superior, 2019.

Ministério da Educação. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). **Manual de Gestão da Bolsa-Formação**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2017-pdf/61681-setec-manual-de-gestao-da-bolsa-formacao-pdf/file>. Acesso em: 10 nov. 2023.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia Pronatec de Cursos FIC**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41261-guia-pronatec-de-cursos-fic-2016-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 nov. 2023..

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2024.